



Reforma do Túnel da Vila Zilda começa, ao custo de R\$ 2,2 mi

Prefeitura projeta ciclovia e nova passagem para pedestres na via; verba será proveniente do Governo Estadual

TADEU FERREIRA JR.
DA REDAÇÃO

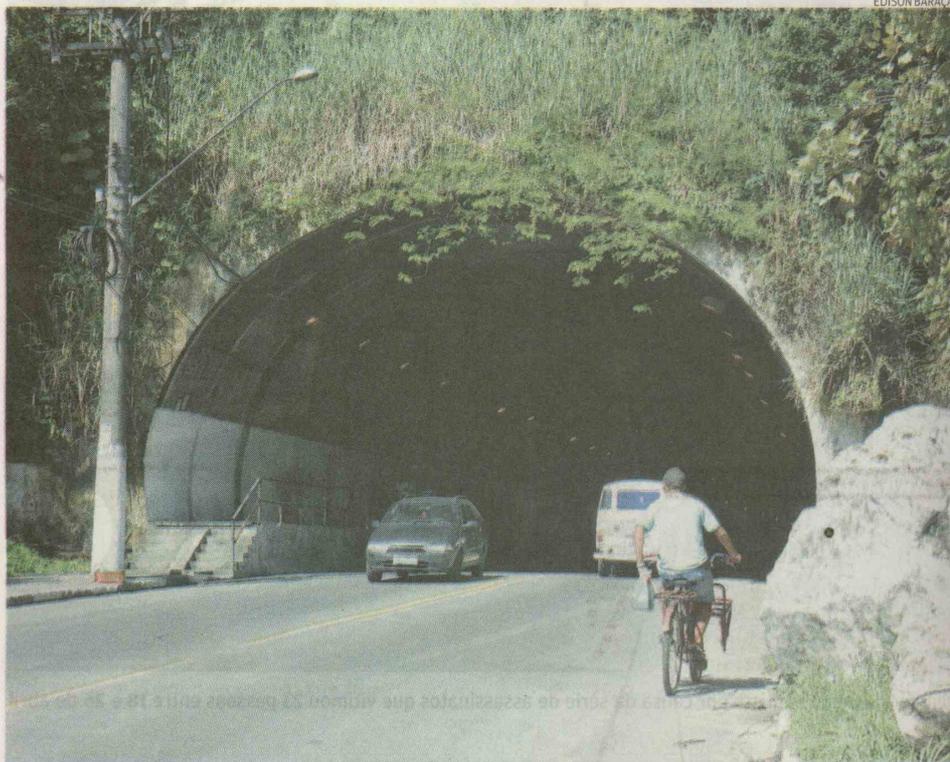
A Prefeitura de Guarujá inicia nesta semana uma grande reforma no Túnel Juscelino Kubitschek, também conhecido como Túnel da Vila Zilda, importante elo de ligação para quem chega à Cidade pela Rodovia Cônego Domênico Rangoni e se dirige à região da Enseada.

A notícia foi divulgada na última sexta-feira, horas antes da queda de uma das vigas de aço que compõem a estrutura do teto do equipamento. Apesar do susto, ninguém ficou ferido, mas o trânsito foi parcialmente interrompido para a retirada da viga pela Prefeitura, o que ocorreu com a ajuda de um guindaste.

No total, serão investidos R\$ 2,2 milhões, repassados pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (Dade). Uma das principais novidades será a implantação de uma ciclovia e de nova passagem para pedestres.

Por ser escavado numa rocha do Morro do Tejereba e contar com iluminação deficiente, o túnel (inaugurado em 1983) possui o aspecto de uma caverna.

Construído em área sob forte influência de umidade, é comum ver pessoas enchendo garrafões ou mesmo bebendo a



Apesar de proibido, há tráfego de ciclistas no Túnel Juscelino Kubitschek; pedestres terão faixa exclusiva

água – de qualidade duvidosa – que verte das paredes e do teto em inúmeros pontos.

ETAPAS

De acordo com o secretário municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, Duino

Verri Fernandes, a estrutura física do túnel é boa, conforme apontou recente estudo geológico. Em razão do recente acidente, porém, destacou que começará já nesta semana a substituição das vigas de aço do teto, que sofrem com corrosão.

Dentro de 15 dias, se inicia a troca da iluminação. Segundo o secretário, o número de lâmpadas deve dobrar das atuais 174 para 348. O piso será recapeado e o túnel ganhará, também, sinalização vertical e de solo.



Dimensão

347

metros

de comprimento tem o Túnel
Juscelino Kubitschek, que
possui duas mãos de direção

MAIS LUZ

Como um dos principais problemas são as inúmeras goteiras, que chegam a prejudicar a qualidade do asfalto, a ideia é construir um telhado abaixo do teto.

“Isso vai acabar com o aspecto de caverna e ajudará não só na captação da água, mas no melhor aproveitamento da iluminação”, definiu Duino. Conforme explicou, o telhado servirá para coletar e canalizar para um só dreno a água que hoje pinga em diversos pontos.

Como o projeto original não previa o telhado, mas sim, drenos em cada um dos orifícios que vertem água, a obra pode ficar mais cara que o previsto. Nesse caso, o secretário garantiu que o Município vai dispor da contrapartida financeira necessária, ainda não estimada.

Continuação



Penas alternativas crescem mais do que população carcerária

Com um sistema penitenciário falido e superlotado, Justiça aplica cada vez mais penas privativas de direitos para crimes menores

BRUNO GUEDES
DA REDAÇÃO

No país em que a população carcerária não para de crescer há pelo menos duas décadas, números apontam que um consenso ganha força no julgamento de delitos menores: prender não deve ser a regra, mas sim a exceção. Em cumprimento a uma legislação tardia, a Justiça tem decidido cada vez mais pelas penas consideradas alternativas para os crimes de baixo potencial ofensivo. Evita-se, com isso, misturar réus primários de pequenos delitos com criminosos contumazes em um sistema penitenciário já superlotado e dominado pelo estado paralelo, afirmam especialistas.

Nos últimos quatro anos, a quantidade de condenados a prestar serviços à comunidade ou pagar cestas básicas a entidades filantrópicas, por exemplo, mais do que dobrou - eram cerca de 301 mil apenados em 2006 e 671 mil até o final do ano passado. No mesmo período, a quantidade de presos no País passou de 401 mil para 473 mil. Hoje, portanto, há menos brasileiros encarcerados do que condenados a penas restritivas de direitos - as chamadas alternativas.

Os números no Estado de São Paulo estão subestimados, mas também apontam crescimento. Nos centros de penas e medidas alternativas (CPMAs) da Secretaria de Administração Penitenciária, criados somente a partir de 1997, mais de 13 mil cumpriam condenação por crimes como furto, desacato à autoridade, lesão corporal leve, estelionato, ameaça, acidente de trânsito ou uso de drogas, por exemplo. Em 2006, a quantidade era três vezes menor.

Os dados correspondem apenas às centrais do Estado, presentes em somente 35 dos 645 municípios paulistas. Nas demais cidades, a aplicação e acompanhamento dessas penas são feitas pelo próprio judiciário ou pela administração municipal. A abrangência do serviço no território estadual, onde está um terço dos presos do País, ainda é tímida conside-



DAVI RIBEIRO - 8/3/2006

Total de presos no País passou de 401 mil em 2006 para 473 mil hoje

rando-se que o Brasil já tem 389 centrais ou núcleos de penas alternativas.

“Temos 30 pedidos de juízes de cidades para a criação de CPMAs nesses locais. Estamos estudando as demandas para ver se há viabilidade”, ressalta a diretora do Departamento de Penas e Medidas Alternativas da Coordenadoria de Reintegração Social do Estado, Márcia Antonietto.

A Baixada possui três centros, em Santos, São Vicente e Guarujá, onde a quantidade de condenados a penas e medidas alternativas também é crescen-

te. A CPMA de Santos, criada há cinco anos, acompanha atualmente 485 apenados. Na vizinha São Vicente, onde o serviço existe desde 2001, 275 pessoas cumprem penas e, no Guarujá, 153 pessoas eram acompanhadas até março deste ano.

EFICÁCIA E REINCIDÊNCIA

Apesar de recomendadas nas regras Mínimas para Tratamento de Presos da ONU, em 1955, o Brasil passou a prever penas não privativas de liberdade três décadas depois, com a edição da Lei de Execuções Penais de 1984, para casos em

Continuação



Punição em números

>> Cárcere x penas alternativas

Ano	Brasil		São Paulo	
	Cumpridores de penas alternativas	População carcerária	Cumpridores de penas alternativas	População carcerária
2005	—*	361.402	4.564	138.116
2006	301.402	401.236	6.656	144.430
2007	422.522	423.373	9.752	153.056
2008	558.830	446.764	10.512	154.696
2009	671.078	473.626	12.688	163.915
2010	—	—	13.125**	—***

* Não compilado

** Até 31 de março de 2010

*** Compilação dos dados é anual

Fontes: Ministério da Justiça, Departamento de Reintegração Social da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

>> Condenados a penas alternativas na região (acompanhados pelo Estado)

Ano	Santos	São Vicente	Guarujá
2002	—	88	—
2003	—	74	—
2004	—	37	—
2005	74	88	36
2006	210	196	95
2007	261	280	121
2008	198	286	92
2009	429	278	127
2010*	485	275	153

As unidades de Santos e Guarujá foram inauguradas em 2005

* Números consolidados até 31 de março de 2010

Fonte: Departamento de Reintegração Social da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

alternativas pela Justiça. O primeiro é o alto índice de reincidência entre os presos, de 60%, enquanto entre os cumpridores de penas alternativas é de 4,7%. Isso ocorre não só porque no segundo grupo estão normalmente réus primários, sem um histórico de crimes. “A execução da pena é acompanhada pelo Executivo e pelo Judiciário”, explicou o advogado criminalista Matheus Guimarães Cury, vice-presidente do Conselho Penitenciário do Estado.

Outra razão: no sistema carcerário, via de regra, réus primários - muitos deles detidos provisoriamente - convivem lado a lado com presos perigosos em um ambiente no qual estão totalmente desamparados pelo Estado, afirmou o advogado. “O jovem que furtou vai preso e convive com homicidas, estupradores. Esse sujeito não tem proteção, é acolhido e aliciado pelo crime organizado e vai sair de lá com uma dívida a pagar a facções criminosas. Ele vai praticar novos delitos”.

Continuação



que o Código Penal previa até dois anos de reclusão.

A Lei 9.714/98 ampliou a abrangência na aplicabilidade das penas alternativas, incluindo crimes cujas penas máximas previstas na legislação não são superiores a quatro anos de reclusão, não cometidos com violência ou grave ameaça, e aos crimes culposos (sem intenção). As normas não cabem a reincidentes que praticaram crimes dolosos.

São avaliados pelo juiz, porém, “a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias” para se decidir pela reclusão ou pela substituição desta por uma pena alternativa.

Consideram-se penas restritivas de direitos a prestação pecuniária (pagamento de cestas básicas ou quantia a entidades filantrópicas), perda de bens (caso o condenado não possa pagar a multa), presta-

ção de serviços em órgãos públicos ou ONGs, perda temporária de direitos e a limitação de finais de semana, em que o apenado deve assistir a palestras e participar de eventos de educação e cidadania.

“A sociedade enxerga na prisão uma forma de vingança pela prática de crimes. Mas essa não é a função da pena. A função é ressocializar o condenado, e isso as penas alternativas estão fazendo muito bem no Brasil”, afirma Melina Risso, diretora do Instituto Sou da Paz e mestre em Gestão de Políticas Públicas.

“Para quem matou a sangue frio, estuprou, aí sim é necessário tirar o cidadão do convívio social para poder promover a ressocialização”. Na opinião de Melina, magistrados já têm respaldo legal suficiente para aplicar mais penas alternativas do que a frequência atual.

São pelo menos três os motivos que levam especialistas a defenderem a adoção de penas

Além de se mostrarem mais eficazes para alguns casos, a pena alternativa custa bem menos aos cofres públicos. Dados da Secretaria de Administração Penitenciária mostram que os gastos mensais com um apenado em liberdade são de R\$ 14,80, enquanto o preso custa R\$ 775,00.

“Claro que o sistema penitenciário deve ser reformado em paralelo à modernização do judiciário, pois a cadeia não consegue ressocializar ninguém. Mas a aplicação de penas alternativas também contribui para uma sociedade mais justa”, destacou o coordenador geral do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Gilson Cardoso.

“Prisão é ineficaz. É um mal necessário, mas deve ser tratada como exceção em respeito à própria Constituição. Mas no Brasil, a prisão foi historicamente pensada como a principal punição”, disse o advogado Matheus Cury.



Diretor admite crise no Sto. Amaro

A situação é realmente dramática”, diz o diretor-presidente da associação mantenedora do hospital, e não há margem para investir

TADEU FERREIRA JR.
DA REDAÇÃO

O diretor-presidente da Associação Santamarense de Beneficência do Guarujá (ASBG, mantenedora do hospital), Urbano Bahamonde Manso, endossou as declarações contundentes do médico e vereador Valter Suman (PSDC) a respeito das graves deficiências do Hospital Santo Amaro, publicadas em *A Tribuna* ontem.

Na reportagem, Suman observou que a grave crise financeira impede investimentos em recursos humanos e equipamentos por parte do hospital, o que prejudica o atendimento ao público a ponto de os plantonistas, sem saída, terem de optar em salvar quem tem o prognóstico mais favorável.

“A situação é realmente dramática. Todos os dias recebemos pedidos de vagas em UTI para pacientes que aguardam nos PAMs (Postos de Atendimento Médico) da Cidade. Se o médico pede isso é porque o paciente já está fora de controle. E todos os dias são várias ligações”, salientou Manso.

Segundo ele, a necessidade de investimentos é urgente e a contratualização de serviços assinada ontem, que prevê o repasse mensal de R\$ 600 mil pela Prefeitura de Guarujá para a manutenção dos pacientes advindos do SUS, não supre a demanda.

“Assinamos o Plano Operativo para 2010 na base da ameaça do corte. Ou seja, se não assinássemos até sexta-feira, iriam cortar o repasse”, disse.

Para o diretor, apesar de insuficiente, a verba é fundamental à subsistência do hospital. “Nossas instalações físicas estão precárias. A tecnologia está atrasada mais de 20 anos e nosso corpo profissional precisa de reciclagem urgente”.

AMEAÇA

A ameaça mais iminente é a de cancelamento da condição de entidade filantrópica, que garante ao HSA a isenção do reco-

Frente a frente

“Nós somos prestadores de serviço, não somos financiadores da Saúde de Guarujá. A responsabilidade pela saúde básica no município é da Prefeitura. Por isso, ela tem que pagar mais se quiser atendimento superior a 60% pelo SUS”

Urbano Bahamonde Manso, diretor presidente da ASBG

“O hospital é filantrópico, o que lhe dá vários benefícios para realizar atendimento SUS. Mas se existir ‘apropriação indébita’, é de única e exclusiva responsabilidade da administração”

Marco Antônio Barbosa dos Reis, secretário municipal de Saúde

lhimento de tributos patronais como Imposto de Renda, FGTS e INSS dos funcionários. Isso porque a instituição não recolhe a outra porção desses tributos, que é retida na fonte.

Este tipo de inadimplência é vedado pela Lei das Entidades Filantrópicas. “Será o fim, a gente vai quebrar e deixar de operar”, sentenciou.



Hospital Santo Amaro esteve sob intervenção municipal por 15 anos, per

Prefeitura não quer

■ O secretário de Saúde de Guarujá, Marco Antônio Barbosa dos Reis, afirmou ontem que a Prefeitura de Guarujá não tem a intenção de reassumir o controle do HSA realizando uma nova intervenção municipal como a que perdurou de 1993 ao início de 2008. No período, foi criada uma dívida de cerca de R\$ 70 milhões para a instituição.

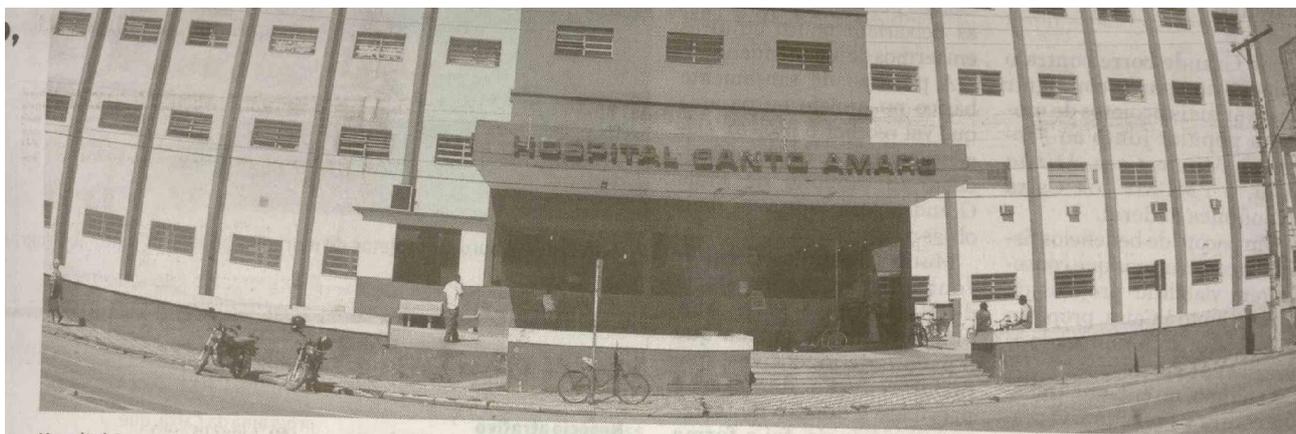
Em comunicado enviado a *A Tribuna* ontem, Reis garantiu que cobrará explicações do hospital sobre as declarações do médico Valter Suman. Ele destacou que, na qualidade de gestor de saúde do Município, está preocupado e pensa ser neces-

sária uma apuração imediata em níveis municipal, estadual, federal, de conselhos de classes e serviços de convênios.

“Quando se iniciou este procedimento de escolha sobre a vida e a morte de pacientes dentro do hospital? Quantos foram? Quem tomou esta decisão? Ocorre apenas no SUS ou também no particular e convênios? Se existir, esta situação é de ciência da direção clínica e técnica?”, indagou.

Reis argumentou que a proposta de contratualização foi exaustivamente discutida. “O dr. Valter Suman foi secretário de Governo na gestão passada, que repassava R\$ 150 mil/mês

Continuação



Hospital Santo Amaro esteve sob intervenção municipal por 15 anos, período em que a instituição acumulou dívidas aproximadas de R\$ 70 mi

Prefeitura não quer hospital de volta

■ O secretário de Saúde de Guarujá, Marco Antônio Barbosa dos Reis, afirmou ontem que a Prefeitura de Guarujá não tem a intenção de reassumir o controle do HSA realizando uma nova intervenção municipal como a que perdurou de 1993 ao início de 2008. No período, foi criada uma dívida de cerca de R\$ 70 milhões para a instituição.

Em comunicado enviado a *A Tribuna* ontem, Reis garantiu que cobrará explicações do hospital sobre as declarações do médico Valter Suman. Ele destacou que, na qualidade de gestor de saúde do Município, está preocupado e pensa ser neces-

sária uma apuração imediata em níveis municipal, estadual, federal, de conselhos de classes e serviços de convênios.

“Quando se iniciou este procedimento de escolha sobre a vida e a morte de pacientes dentro do hospital? Quantos foram? Quem tomou esta decisão? Ocorre apenas no SUS ou também no particular e convênios? Se existir, esta situação é de ciência da direção clínica e técnica?”, indagou.

Reis argumentou que a proposta de contratualização foi exaustivamente discutida. “O dr. Valter Suman foi secretário de Governo na gestão passada, que repassava R\$ 150 mil/mês

ao HSA. Hoje são R\$ 600 mil”.

Quanto à frágil saúde financeira do HSA, o secretário lembrou que a condição de entidade filantrópica garante isenções de tributos que ajudam no serviço SUS. “Se existir ‘apropriação indébita’, é de única e exclusiva responsabilidade da administração (do hospital)”.

Para Reis, a realidade do financiamento à Saúde no País é igual para todos os hospitais. Lembrou que cada um tem autonomia de administração, podendo criar serviços que dão lucro, “mas no HSA, segundo tabela apresentada, estão causando prejuízo, como hemodiá-

lise, laboratório e exames de imagem”, disse.

ASBG

O diretor-presidente da ASBG adiantou que não admitirá uma nova intervenção, mas enxerga a possibilidade de uma tentativa pela Prefeitura.

“Se a remuneração continuar no patamar atual, teremos de declarar nossa incapacidade de atender ao SUS. Porém, a gente atende, também, o interesse privado, convênios e particulares. É inadmissível o Poder Público intervir na minha atividade privada. A intervenção já deixou nefastas consequências na entidade”.



Camelôs tomam conta da Avenida Thiago Ferreira

TADEU FERREIRA JR.
DA REDAÇÃO

Para organizar o comércio informal na Avenida Thiago Ferreira, principal corredor comercial de Guarujá e um dos mais populares da região, a Prefeitura criou 124 boxes em dois camelódromos no Distrito de Vicente de Carvalho, em 2003.

Passados sete anos, por falta de um controle rígido por parte da Administração, a Thiago Ferreira abriga, além destes pequenos espaços, barracas e mais barracas que dominam as calçadas, ofertando uma gama de produtos que parece interminável: de bananas e CDs piratas a perfumes e relógios sem garantia de procedência.

Em algumas barracas, desafia-se o pedestre a trafegar pela rua. Numa delas, de lanches, foram espalhadas mais de 20 cadeiras para clientes. A situação, além de significar um estorvo no aspecto estético, tira o sono de comerciantes formais que, apesar de pagarem altos impostos, são submetidos à concorrência desleal com os camelôs, principalmente os que vendem os chamados produtos piratas.

Cansado de ver a proliferação das barracas Na Avenida

Licenças

Salgado e refrigerante - 414
Sorvete - 256
Coco e milho - 234
Artigos de praia - 137
Quiosques de sorvete e água - 61
Suco congelado - 19
Boxes no Camelódromo da Praça 14 Bis - 80
Boxes no Camelódromo da Estação das Barcas - 44
Expositores na Feira de Artesanato de Pitangueiras - 83
Expositores na Feira de Artesanato das Astúrias - 68
Total: 1.396

Thiago Ferreira e a inanição do Poder Público mesmo após inúmeras reclamações ao longo dos anos, o comerciante Antônio Nogueira Bernardo, um dos mais antigos do Distrito – estabelecido com sua relojoaria há 35 anos –, chegou a fazer um levantamento informal no ano passado e identificou 68 camelôs. “Hoje, deve haver uns 150, pelo menos”.

Um dos motivos, diz ele, é a migração ilegal de ambulantes. Aproveitando-se da falta



Produtos piratas, calçadas ocupadas, concorrência desleal: problemas

de fiscalização, parte deles, apesar de ter licença para atuar em outros bairros, se concentra na Thiago Ferreira. “Já vi vendedores de batata frita e churros com licença para a Enseada; de acarajé vindo do Perequê; de coco com permissão das Astúrias, e por aí vai”, destacou.

TERCEIROS

A Tribuna abordou ambulantes da Avenida Thiago Ferreira para saber a origem de suas licenças e encontrou uma situa-

ção, no mínimo, curiosa: a grande maioria não quis falar, alegando que não é dona das barracas e carrinhos, mas apenas “funcionária” – demonstrando que o critério social, que deveria pautar a distribuição de licenças, talvez necessite ser revisto.

A situação está trazendo prejuízos diretos à Câmara dos Dirigentes Lojistas de Guarujá (CDL), com sede em Vicente de Carvalho. De acordo com o presidente, Hassen Ahmad

Continuação



A Tribuna

Segunda-feira, 02 de Maio de 2010

Hammoud, a entidade sofre constantes pedidos de desfiliação de comerciantes. “O Boticário tem um ambulante vendendo perfumes em sua porta e uma padaria passou a concorrer com uma barraca de lanches. É justo?”

Conforme Hammoud, os lojistas entendem que a CDL não cumpre o papel de entidade representativa. Ele negou, justificando que chegou a pedir, sem efeito, ação à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico no início do ano passado.

SAÍDA

Embora tenha estabelecimento formal e pague impostos por isso, Antônio Nogueira Bernardo decidiu ser radical na concorrência com os ambulantes. Passou a vender relógios iguais aos dos camelôs por R\$ 60,00, R\$ 10,00 mais baratos e com garantia de três meses. “Guarujá é uma terra sem leis. Se fizerem mais dois camelódromos, vai continuar do mesmo jeito”, desabafou.

PREFEITURA

Em nota, a assessoria de imprensa da Prefeitura de Guarujá informou que está desenvolvendo um trabalho de ordenamento e reestruturação da Avenida Thiago Ferreira.

Segundo a Administração, a Secretaria e Desenvolvimento Econômico prepara projeto para ação multidisciplinar, a fim de conter possíveis abusos por ambulantes ou comerciantes estabelecidos.

Não há levantamento de licenças por bairro.

Leitura Rápida

Ex-vereador Morre Pedro Mussa Gaze

Faleceu ontem o ex-vereador de Guarujá Pedro Mussa Gaze, que exerceu mandatos de 1960 a 1963 e de 1989 a 1992. Deixa esposa, filha e neto. O velório será no Memorial Vertical Litoral, na Enseada, a partir das 13h30. O enterro, no Cemitério da Vila Júlia. A prefeita Maria Antonieta de Brito (PM-DB) decretou luto de três dias na Cidade.



GUARUJÁ

Morre ex-vereador Pedro Mussa Gaze

A Câmara Municipal de Guarujá informou ontem a morte do ex-vereador, Pedro Mussa Gaze. Nascido e criado na cidade, foi eleito duas vezes, para a 4ª Legislatura em 1960-1963 e para a 10ª, de 1989-1992 - quando participou da realização da Lei Orgânica do Município, promulgada em abril de 1990.

O velório acontece no Memorial Vertical Litoral - Guarujá, hoje, a partir das 13h30. O enterro será no Cemitério da Vila Júlia, também em Guarujá.

A Prefeita Maria Antonieta de Brito decretou Luto Oficial de três dias no Município.